



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Ata - Comissão Permanente		
Legislação e Justiça		
Reunião: 8ª Ordinária	Sessão legislativa: 3ª	Legislatura: 19ª
Data: 4/4/23		
Horário de início: 13h42min		Horário de encerramento: 14h34min
Local: Plenário Camil Caram		
Vídeo da reunião disponível no portal da Câmara		

ABERTURA

Sob a presidência do vereador Irlan Melo, com a presença dos vereadores Uner Augusto e Jorge Santos e das vereadoras Fernanda Pereira Altoé e Marcela Trópia, sua suplente, estando os três últimos em presença remota, reuniu-se a comissão.

A vereadora Marcela Trópia retirou-se da reunião.

Havendo quórum, o presidente declarou abertos os trabalhos.

ORDEM DOS TRABALHOS

COMUNICAÇÃO DE APROVAÇÃO DE ATAS

Como não houve impugnação, o presidente comunicou a aprovação da Ata da 7ª Reunião Ordinária, realizada em 28/3/23.

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

EM SEGUNDO TURNO: 1) Projeto de Lei nº 769/13 - "Dispõe sobre a desafetação e dá outras providências da área que menciona". Autoria: vereador Professor Juliano Lopes.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O presidente informou que o parecer a este projeto de lei foi apresentado após o horário de fechamento do protocolo e que, por isso, não constou na pauta.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé solicitou o adiamento da apreciação do parecer, nos termos do art. 76 do Regimento Interno - RI.

O vereador Jorge Santos passou a participar presencialmente da reunião.

O presidente indeferiu a solicitação. Disse que, em razão do volume de trabalho da comissão, alguns pareceres foram apresentados após o horário de fechamento do protocolo, porém foram enviados para as respectivas assessorias dos membros da comissão.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé explicou que, como foram vários os projetos cujos pareceres foram apresentados após o horário de fechamento do protocolo, não lhe foi possível analisá-los e que, por isso, votaria contra os respectivos pareceres.

Aprovado, com voto contrário da vereadora Fernanda Pereira Altoé, o parecer do relator, vereador Jorge Santos, pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade da Emenda nº 1.

2) Projeto de Lei nº 1.213/14 - "Dispõe sobre a criação do 'Disque-Denúncias de maus-tratos aos animais', no Município de Belo Horizonte". Autoria: vereador Fernando Luiz.

Aprovado, por unanimidade, o parecer da relatora, vereadora Fernanda Pereira Altoé, pela inconstitucionalidade, ilegalidade e regimentalidade da Emenda nº 1 e pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade das emendas nºs 2 e 3.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

3) Projeto de Lei nº 1.358/14 – “Institui a Política Municipal de Informação e Orientação aos Idosos sobre Previdência Social e Assistência Social no Município e dá outras providências”. Autoria: vereador Jorge Santos.

O presidente informou que o parecer a este projeto de lei também foi apresentado após o horário de fechamento do protocolo e que por isso não constou na pauta.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé solicitou o adiamento da apreciação do parecer.

O presidente indeferiu a solicitação.

Aprovado, com voto contrário do vereador Jorge Santos, o parecer do relator, vereador Uner Augusto, pela inconstitucionalidade da Emenda nº 1.

O presidente comunicou que, por não haver feito a leitura da conclusão do parecer, iria fazê-la e, em seguida, colocaria novamente em votação o parecer.

Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Uner Augusto, pela inconstitucionalidade da Emenda nº 1.

O vereador Jorge Santos explicou que alterou o seu voto por haver se confundido na primeira votação.

4) Projeto de Lei nº 2.085/16 - “Altera a Lei nº 9.725/09 que ‘Institui o Código de Edificações do Município de Belo Horizonte e dá outras providências’, acrescentando o inciso III ao parágrafo único do art. 32 e a Subseção V à Seção VIII do Capítulo VI”. Autoria: vereador Jorge Santos.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Aprovado, por unanimidade, o parecer da relatora, vereadora Fernanda Pereira Altoé, pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade das emendas nºs 1 e 2.

O presidente registrou a presença remota do vereador Professor Claudiney Dulim, que não integra a comissão.

5) Projeto de Lei nº 41/17 – “Dispõe sobre a obrigatoriedade das escolas municipais de ensino fundamental e médio a divulgarem projetos e ações que visem à obtenção de estágios voltados para a preparação e inserção de jovens no mundo do trabalho”. Autoria: vereadora Marilda Portela.

Aprovado, com voto contrário da vereadora Fernanda Pereira Altoé, o parecer do relator, vereador Uner Augusto, pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade das emendas nºs 1 e 2.

6) Projeto de Lei nº 182/21 - “Torna obrigatório o cumprimento de Programa de Integridade nas contratações públicas que menciona e dá outras providências”. Autoria: vereadores Ciro Pereira e Nikolas Ferreira.

Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Uner Augusto, pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade das emendas nºs 1 e 2.

O vereador Jorge Santos assumiu a presidência.

7) Projeto de Lei 208/21 – “Dispõe sobre a promoção da dignidade da gestante, da parturiente e da puérpera e sobre o enfrentamento da violência obstétrica no Município”. Autoria: vereadoras Iza Lourença e Bella Gonçalves.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé solicitou o adiamento da apreciação do parecer.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O presidente deferiu o pedido.

O vereador Irlan Melo reassumiu a presidência.

EM PRIMEIRO TURNO: 8) Projeto de Lei nº 448/22 - "Altera a Lei nº 5.641/89 que 'Dispõe sobre os tributos cobrados pelo Município de Belo Horizonte e contém outras providências". Autoria: vereadores Wanderley Porto, Ciro Pereira, Marcos Crispim e Reinaldo Gomes Preto Sacolão.

Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Jorge Santos, pela inconstitucionalidade.

EM SEGUNDO TURNO: 9) Projeto de Lei nº 465/22 - "Concede quota de terreno por unidade habitacional para empreendimento previsto na Operação Urbana Simplificada Vila Monte São José". Autoria: Executivo - Mensagem nº 47, de 16/12/22.

O presidente informou que o parecer a este projeto de lei também foi apresentado após o horário de fechamento do protocolo e que por isso não constou na pauta.

O vereador Jorge Santos solicitou o adiamento da apreciação do parecer.

O presidente indeferiu o pedido.

Aprovado, com voto contrário da vereadora Fernanda Pereira Altoé, o parecer do relator, vereador Irlan Melo, pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade das emendas nºs 1 a 7.

O vereador Jorge Santos questionou ao presidente por que seu pedido não foi colocado em votação.

O presidente respondeu que o pedido foi indeferido.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

10) Projeto de Lei nº 508/23 – “Altera as Leis nº 9.074, de 18 de janeiro de 2005, e nº 11.216, de 4 de fevereiro de 2020, e dá outras providências”. Autoria: Executivo - Mensagem nº 3, de 3/3/23.

O presidente informou que o parecer a este projeto de lei também foi apresentado após o horário de fechamento do protocolo e que por isso não constou na pauta.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé solicitou o adiamento da apreciação do parecer.

O presidente indeferiu o pedido. Explicou novamente que, em razão do volume de trabalho da comissão, alguns pareceres foram apresentados após o horário de fechamento do protocolo, porém foram enviados para as respectivas assessorias dos membros da comissão.

O vereador Jorge Santos solicitou o adiamento da apreciação do parecer.

O presidente respondeu que o mesmo pedido já foi feito pela vereadora Fernanda Pereira Altoé e foi indeferido.

Aprovado, com voto contrário da vereadora Fernanda Pereira Altoé e do vereador Jorge Santos, o parecer do relator, vereador Irlan Melo, pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade das emendas nºs 1 a 13.

O presidente colocou novamente em votação o parecer.

Aprovado, com voto contrário da vereadora Fernanda Pereira Altoé e do vereador Jorge Santos, o parecer do relator, vereador Irlan Melo, pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade das emendas nºs 1 a 13.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O presidente explicou que, em caso de empate, prevalece o parecer do relator.

EM PRIMEIRO TURNO: 11) Projeto de Lei nº 510/23 - "Dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação de cartão de vacinação para o cadastro e para a renovação de matrícula de estudante em estabelecimento de ensino do SME".

Autoria: vereadora Professora Marli.

O presidente informou que houve alteração do parecer a este projeto de lei e que o novo parecer foi apresentado após o horário de fechamento do protocolo.

O presidente transferiu a apreciação deste item para o final da pauta.

12) Projeto de Lei nº 518/23 - "Altera a Lei nº 8.616/2003, que 'Contém o Código de Posturas do Município de Belo Horizonte". Autoria: vereadores Braulio Lara, Ciro Pereira, Cláudio do Mundo Novo e Cleiton Xavier, vereadoras Fernanda Pereira Altoé e Flávia Borja, vereadores Henrique Braga, Irlan Melo, Jorge Santos e José Ferreira, vereadoras Loíde Gonçalves, Marcela Trópia e Marilda Portela, vereador Professor Juliano Lopes, vereadora Professora Marli, vereadores Rubão, Sérgio Fernando Pinho Tavares, Uner Augusto, Wesley Moreira e Wilsinho da Tabu.

O presidente transferiu a apreciação deste item para o final da pauta.

13) Projeto de Lei nº 519/23 - "Altera a Lei nº 8.616, de 14 de julho de 2003, que contém o Código de Posturas do Município de Belo Horizonte". Autoria: vereador Professor Claudiney Dulim.

O vereador Professor Claudiney Dulim, a vereadora Fernanda Pereira Altoé e o presidente discutiram o projeto de lei.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Uner Augusto, pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade.

O vereador Claudiney Dulim agradeceu aos demais parlamentares pela aprovação do parecer.

14) Projeto de Lei nº 528/23 - "Institui a Loteria do município de Belo Horizonte - BHLOT". Autoria: vereador Professor Juliano Lopes.

O presidente e a vereadora Fernanda Pereira Altoé discutiram o parecer.

Aprovado, por unanimidade, o parecer da relatora, vereadora Fernanda Pereira Altoé, pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade, com apresentação de emenda(s).

15) Projeto de Lei nº 529/23 - "Dá nova redação ao inciso I do art.2º da lei nº 9.041/2005, que 'Concede benefício fiscal ou auxílio para os casos que menciona e dá outras providências". Autoria: vereadora Marcela Trópia.

Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Ramon Bibiano da Casa de Apoio, pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade.

16) Projeto de Lei nº 531/23 - "Altera a Lei nº 8.565/03, que dispõe sobre o controle da população de cães e gatos e dá outras providências". Autoria: vereadores Wanderley Porto, Juninho Los Hermanos e Miltinho CGE.

Aprovado, por unanimidade, a proposta de diligência - pedido de informação por escrito - do relator, vereador Jorge Santos.

EM TURNO ÚNICO: 17) Projeto de Lei nº 482/23 - "Dá o nome de Praça Edson Batista Nunes a Praça Dois Mil Cento e Oitenta e Dois, no Bairro Aarão Reis". Autoria: vereadora Duda Salabert.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O vereador Uner Augusto, a vereadora Fernanda Pereira Altoé e o presidente discutiram o projeto de lei.

Aprovado, com voto contrário dos vereadores Jorge Santos e Uner Augusto, o parecer do relator, vereador Ramon Bibiano da Casa de Apoio, pela constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e pela aprovação.

O presidente colocou novamente em votação o parecer.

Aprovado, com voto contrário dos vereadores Jorge Santos e Uner Augusto, o parecer do relator, vereador Ramon Bibiano da Casa de Apoio, pela constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e pela aprovação.

O presidente explicou que, em caso de empate, prevalece o parecer do relator.

18) Projeto de Lei nº 488/23 – “Dá o nome de Via de Pedestre Edmundo de Oliveira à Via de Pedestre Dois, no Bairro São Bento”. Autoria: vereadora Duda Salabert.

O presidente informou que houve alteração do parecer a este projeto de lei e que o novo parecer foi apresentado após o horário de fechamento do protocolo.

Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Ramon Bibiano da Casa de Apoio, pela antijuridicidade e pela rejeição.

19) Projeto de Lei nº 489/23 - “Dá o nome de Praça Paulo Vaz à Praça Quatro Mil Duzentos e Setenta e Quatro, no Bairro Vila Trinta e Um de Março”. Autoria: vereadora Duda Salabert.

A large, stylized handwritten signature in black ink, located in the bottom right corner of the page.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Aprovado, com voto contrário do vereador Uner Augusto, o parecer do relator, vereador Ramon Bibiano da Casa de Apoio, pela constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e pela aprovação.

20) Projeto de Lei nº 505/23 - "Altera a Lei nº 11.397/22, que 'Consolida legislação que institui datas comemorativas no Município', para incluir a Semana do Nascituro". Autoria: vereador Uner Augusto.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé solicitou o adiamento da apreciação do parecer.

O presidente indeferiu o pedido. Explicou que o indeferimento deu-se pelas mesmas razões expostas nos indeferimentos anteriores.

Aprovado, com voto contrário da vereadora Fernanda Pereira Altoé, o parecer do relator, vereador Jorge Santos, pela juridicidade e pela aprovação.

Às 14h21min, o presidente suspendeu a reunião por dez minutos.

Decorrido o prazo, a comissão retomou os trabalhos.

O vereador Jorge Santos passou a participar remotamente da reunião.

O presidente registrou a presença do vereador Maninho Félix, suplente do vereador Ramon Bibiano da Casa de Apoio.

O vereador Maninho Félix assumiu a presidência.

O presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 518/23, item 12 da pauta.

Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Ramon Bibiano da Casa de Apoio, pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade.

O vereador Irlan Melo reassumiu a presidência.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 510/23, item 11 da pauta.


O presidente informou que houve alteração do parecer em razão de erro material.

Aprovado, com voto contrário do vereador Uner Augusto e da vereadora Fernanda Pereira Altoé, o parecer do relator, vereador Jorge Santos, pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade.

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a ser tratado, o presidente declarou encerrados os trabalhos.

Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada pela presidenta ou pelo presidente da reunião em que for comunicada sua aprovação, conforme previsão regimental, ou pelo presidente desta reunião.

ATA APROVADA
Distribuição para impugnação: <u>30 / 4 / 23</u>
Comunicação de aprovação: <u>18 / 4 / 23</u>
 _____ Presidenta/Presidente